



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1503331-71.2017.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Execução Fiscal - ISS/ Imposto sobre Serviços**
 Exequente: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS**
 Executado: **Playpiso Pisos Esportivos Ltda.**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **GABRIELA MULLER CARIOBA ATTANASIO**

Vistos.

Fls. 42/54: Tendo em vista o pedido formulado pela exequente/excepta, homologo a desistência apresentada e, em consequência, **JULGO EXTINTA** a execução fiscal, com base no artigo 26 da Lei nº 6.830/80.

Estabelece o artigo 26 da LEF: *Se, antes da decisão de primeira instância, a inscrição de dívida for, a qualquer título, cancelada, a execução fiscal será extinta, sem qualquer ônus para as partes.*

No presente caso, não se justifica a condenação em honorários, não obstante a apresentação da exceção, pois a cobrança se deu em virtude de guia erroneamente gerada pelo próprio contribuinte.

DEFIRO o levantamento dos valores depositados às fls. 06/07 em favor da executada e/ou seu patrono. **Expeça-se mandado de levantamento.**

Por consequência, providencie a exequente a exclusão do nome da executada do rol de maus pagadores, em relação a presente execução, caso ainda não o tenha feito.

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as anotações necessárias.

P.I.

São Carlos, 01 de novembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**